

IBGE

Setor de serviços atinge maior patamar desde março de 2016

Estimulado por restrições menores a atividades, o volume do setor de serviços no país avançou 1,1% em julho, na comparação com junho. O resultado foi divulgado ontem pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Com o desempenho, o setor de serviços está 3,9% acima do nível pré-pandemia, de fevereiro de 2020. Também alcançou

o patamar mais elevado desde março de 2016. Contudo, ainda está 7,7% abaixo do recorde histórico, alcançado em novembro de 2014. Entre janeiro e julho de 2021, o setor acumulou alta de 10,7%. Em período maior, de 12 meses, houve elevação de 2,9%. A alta de 1,1% em julho foi acompanhada por duas das cinco atividades investigadas. **PÁGINA 2**

DERROTA DE MORO

STF manda caso de Cunha para Justiça Eleitoral do RJ

Em nova derrota para o ex-juiz Sergio Moro e para a Operação Lava Jato, o STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu ontem enviar à Justiça Eleitoral do Rio de Janeiro ação penal em que o ex-deputado Eduardo Cunha (MDB) foi condenado por corrupção, lavagem de dinheiro e evasão de divisas. Caberá ao juiz que receber o caso avaliar se terão validade ou devem ser anuladas todas as decisões de Moro e as provas produzidas durante a tramitação do processo. Cunha recorreu ao Supremo contra a decisão de Moro de processar um dos desdobramentos da Lava Jato na 13ª Vara Federal de Curitiba, e não na Justiça Eleitoral, contrariando entendimento do próprio STF. **PÁGINA 3**

REDES SOCIAIS



ABRASIL

Presidente do Senado devolve a Bolsonaro MP das fake news

Mesmo após a divulgação da nota que marcou o recuo do presidente Jair Bolsonaro das ameaças golpistas no 7 de Setembro, o presidente do Senado e do Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco (foto) (DEM-MG), decidiu ontem devolver ao governo a medida provisória que limita a remoção de conteúdo publicado nas redes sociais. O anúncio deve ser feito durante a sessão. Inicialmente, Pacheco havia indicado que decidiria na semana passada, mas resolveu adiar seu veredicto. Ele teria pedido uma segunda análise mais robusta da Advocacia do Senado, para evitar questionamentos. Além disso, a nota divulgada por Bolsonaro teve um impacto importante. Aliados avaliavam que seria o momento de aguardar a devolução, por se tratar de um momento em que o presidente dava um sinal de diminuição da tensão entre os poderes. **PÁGINA 3**

SÃO PAULO

Falta de água volta a assombrar moradores

Há cerca de um mês, a escritora Giulianna Palumbo tem que escovar os dentes à noite com água de uma garrafinha. Banho depois das 21h? Só se for na casa de amigas que vivem em outros cantos da cidade, como Mooca e Bela Vista. "Lá, a pressão é ótima", diz ela, que vive na Vila Guilherme, zona norte de São Paulo. Desde a crise hídrica de 2014, a Sabesp intensificou a redução da pressão da água em alguns bairros da capital. A manobra, que visa evitar perdas de água por vazamentos e rompimento de tubulações, é aplicada desde a década de 90. **PÁGINA 3**

COMBUSTÍVEIS

Após Lira, Campos Neto critica política de preços da Petrobras



ABRASIL

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto (foto), comentou a política de preços da Petrobras ontem. Ao falar sobre como a volatilidade no câmbio afeta os preços, ele afirmou que a estatal repassa essas variações aos preços de combustíveis de forma muito mais rápida que em ou-

tros países. "No Brasil o mecanismo é um pouco mais rápido (de repasse), lembrando que a Petrobras passa preços muito mais rápido do que grande parte dos outros países, a gente tem olhado isso também", destacou em evento promovido pelo BTG Pactual. **PÁGINA 2**

REFORMA ELEITORAL

Lira tenta resgatar quarentena para juiz e MP

Com articulação do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), líderes do centrão tentam incluir novamente a quarentena de cinco anos para juízes e membros do Ministério Público no texto do novo Código Eleitoral. Para valer, no entanto, a medida precisa ser aprovada pela Câmara e pelo Senado e sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro. A articulação foi discutida ontem e a votação na Câmara deverá ser concluída hoje. A proposta para instituir a quarentena eleitoral para juízes e integrantes do Ministério Público foi derrubada por três votos na última quinta-feira (9): foram 254 votos a favor da medida, eram necessários ao menos 257. **PÁGINA 3**

INDICADORES

IBOVESPA: -0,19% / 116.180,55 / -223,17 / Volume: 25.746.683.426 / Quantidade: 3.483.040						Bolsas no mundo		Salário mínimo	R\$ 1.100,00	IGP-M	0,66% (ago.)	EURO turismo								
Maiores Altas			Maiores Baixas			Mais Negociadas			Fechamento		Ufir	IPCA	0,87% (ago.)	Compra: 6,2789	Venda: 6,4589					
Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Índice Bovespa	116.180,55	-0,19	Taxa Selic (05/08)	5,25%	até o dia 14/set	Compra: 5,2254	Venda: 5,2260				
MELI3 ON NM	7,70	+15,10	+1,01	BRF SA ON NM	23,89	-2,89	-0,71	VALE ON NM	94,09	-0,71	-0,67	Dow Jones	34.577,57	-0,84	OURO	4.188,65	+0,03			
LOCWEB ON NM	25,32	+8,21	+1,92	CVC BRASIL ON NM	21,56	-2,93	-0,65	PETROBRAS PN N2	25,88	-1,33	-0,35	NASDAQ Composite	15.037,758	-0,45	Poupança 3 (14/9)	0,30%	R\$ 303,499	Compra: 5,2572	Venda: 5,2578	
PETZ ON NM	27,00	+3,89	+1,01	EMBRAR ON NM	21,33	-2,47	-0,54	MAGAZ LUIZA ON NM	17,03	-2,35	-0,41	Euro STOXX 50	4.188,65	+0,03	EURO Comercial	0,0098	Compra: 6,2058	Venda: 6,2065	Compra: 5,2695	Venda: 5,4495
COSAN ON NM	23,50	+3,89	+0,88	DEXCO ON NM	18,61	-3,07	-0,59	ITAUUNIBANCPN N1	28,99	-0,62	-0,18	CAC 40	6.652,97	-0,36	TR (prefixada) (29/8/2017)					
BRASKEM PNA N1	69,42	+3,00	+2,02	CIELO ON NM	2,44	-2,79	-0,07	BRDESCO PN EJ N1	21,23	-0,66	-0,14	FTSE 100	7.034,06	-0,49						



Declarações sobre preços derrubam ações da Petrobras e Bolsa cai

CLAYTON CASTELANI/FOLHAPRESS

As ações da Petrobras figuraram entre as principais baixas da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) ontem, movimento influenciado pela preocupação de investidores quanto a eventuais intervenções políticas na estatal após o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), criticar as altas da gasolina, do diesel e do gás de cozinha.

Os papéis preferenciais da estatal (PETR4) encerraram o pregão ontem com queda de 1,33%, enquanto as ações ordinárias (PETR3) caíram 0,74%, contribuindo para que

o Ibovespa (Índice Bovespa), fechasse o pregão com queda de 0,19%, a 116.180 pontos.

Lira criticou a alta dos combustíveis ao anunciar a participação do presidente da estatal, Joaquim Silva e Luna, na comissão geral da Câmara que debateu o tema nesta terça-feira.

"Tudo caro: gasolina, diesel, gás de cozinha. O que a Petrobras tem a ver com isso? Amanhã, a partir das 9h, o plenário vira comissão geral para questionar o peso dos preços da empresa no bolso de todos nós. A Petrobras deve ser lembrada: os brasileiros são seus acionistas", escreveu Lira no Twitter.

Setor de serviços atinge maior patamar desde março de 2016

LEONARDO VIECELI/FOLHAPRESS

Estimulado por restrições menores a atividades, o volume do setor de serviços no país avançou 1,1% em julho, na comparação com junho. O resultado foi divulgado ontem pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Com o desempenho, o setor de serviços está 3,9% acima do nível pré-pandemia, de fevereiro de 2020. Também alcançou o patamar mais elevado desde março de 2016. Contudo, ainda está 7,7% abaixo do recorde histórico, alcançado em novembro de 2014.

Entre janeiro e julho de 2021, o setor acumulou alta de 10,7%. Em período maior, de 12 meses, houve elevação de 2,9%.

A alta de 1,1% em julho foi acompanhada por duas das cinco atividades investigadas. Serviços prestados às famílias subiram 3,8%, acumulando ganho de 38,4% entre abril e julho, en-

quanto serviços profissionais, administrativos e complementares avançaram 0,6%, com crescimento de 4,3% nos últimos três meses.

"Essas duas atividades são justamente aquelas que mais perderam nos meses mais agudos da pandemia. São as atividades com serviços de caráter presencial que vêm, paulatinamente, com a flexibilização e o avanço da vacinação, tentando recuperar a perda ocasionada entre março e maio do ano passado", explicou Rodrigo Lobo, analista da pesquisa do IBGE, em nota.

Conforme o IBGE, nos serviços prestados às famílias, o destaque em julho foi para o desempenho dos segmentos de hotéis, restaurantes, serviços de buffet e parques temáticos, que costumam crescer no mês devido às férias escolares. Já nos serviços profissionais, administrativos e complementares, o destaque foi para as atividades jurídicas, serviços de en-

genharia e soluções de pagamentos eletrônicos.

Em julho, os três ramos que tiveram baixa foram serviços de informação e comunicação (-0,4%), transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (-0,2%) e outros serviços (-0,5%).

Mesmo com o avanço do sétimo mês do ano, os serviços prestados às famílias ainda operam 23,2% abaixo do patamar de fevereiro de 2020. É a única das cinco atividades que ainda não superou o nível pré-pandemia. O IBGE ainda informou que, em relação a julho de 2020, o volume de serviços cresceu 17,8%. Analistas consultados pela agência Bloomberg projetavam uma alta de 18% nessa base de comparação.

Ao longo da pandemia, a prestação de serviços diversos foi bastante prejudicada no país. Isso ocorreu porque o setor reúne atividades que dependem da circulação de clientes, do contato direto e de aglomerações. Ho-

téis, bares, restaurantes e eventos fazem parte dessa lista.

Serviços ligados à área de tecnologia e informação, por sua vez, tiveram estímulo com o isolamento social para frear o coronavírus.

Agora, com a vacinação contra a Covid-19 e a reabertura da economia, as atividades que precisam do contato direto com clientes apostam em uma melhora dos negócios. Fatores como o desemprego e a inflação em alta, por outro lado, desafiam a retomada consistente desses segmentos.

Em relatório, o Banco Original afirmou que a alta de 1,1% do setor em julho veio em linha com as expectativas do mercado. "O resultado reforçou a sinalização de avanço da atividade econômica no terceiro trimestre do ano e especialmente a mensagem de recuperação do setor em meio à reabertura das atividades econômicas e ao avanço da vacinação contra a Covid-19 no país", emendou o banco.

CNI

Confiança do empresário cai 5,2 pp. em setembro

O Índice de Confiança do Empresário Industrial (Icei) caiu 5,2 pontos em setembro de 2021, para 58 pontos. O indicador é medido pela a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e foi divulgado ontem.

O Icei havia registrado em agosto o maior índice do ano, chegando a 63,2 pontos. Porém, com a queda, regride para patamar próximo ao de maio. O resultado, segundo a CNI, interrompeu sequência de quatro altas consecutivas.

Como o Icei permanece acima da linha divisória de 50 pontos, indica que os empresários seguem confiantes. Abaixo dos 50 pontos, o índice significa falta de confiança. A queda em setembro mostra que o otimismo no setor se tornou menos intenso que em meses anteriores.

Para o levantamento, foram entrevistados 1.611 empresas, das quais 635 de pequeno porte, 608 de médio porte e 368 de grande porte, entre os dias 1º e 13 de setembro.

Nota

PRÉ-SAL PETRÓLEO LANÇA PRÉ-EDITAL DE LEILÃO

A Pré-Sal Petróleo (PPSA), empresa vinculada ao Ministério de Minas e Energia, lançou ontem o pré-edital do 3º Leilão de Petróleo da União, previsto para o dia 26 de novembro, na B3, em São Paulo. Serão comercializados cerca de 55 milhões de barris de petróleo dos quatro contratos de partilha com excedentes de petróleo da União, que são os campos de Búzios, Sapinhoá e Tupi e a Área de Desenvolvimento de Mero. No total, o Brasil tem 17 contratos em vigor no regime de partilha. As cargas estarão disponíveis para embarque entre 2022 e 2026. Manifestações em relação ao pré-edital devem ser encaminhadas até dia 28 para o e-mail leilao3@ppsa.gov.br. A versão final do edital será divulgada no dia 26 de outubro.

IBEME EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.

CNPJ Nº 33.053.356/0001-42
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE SÓCIOS - Dia 28/09/2021
ÀS 09H:00MIN - 1ª Convocação; Dia 28/09/2021 ÀS 09H:15MIN
- 2ª Convocação - POR VIDEOCONFERÊNCIA

Pelo presente Edital, MARLENE NERY MEIRELES, sócia majoritária e representante, na qualidade de inventariante judicial, do Espólio do falecido sócio Iberê Meireles, e, SUELI NERY MEIRELES, sócia administradora, ambas, em conjunto, representando 99,67% (noventa e nove inteiros e sessenta e sete por cento) do total de quotas do capital social da empresa Ibeme Empreendimentos e Participações Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 33.053.356/0001-42, CONVOCAM Assembleia Geral Extraordinária de Sócios, na forma do art. 1072 e seguintes da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, para deliberar sobre: (i) destituição do(a) sócio(a) administrador(a) anterior e designação novo sócio(a) administrador(a), na forma da cláusula décima primeira do contrato social c/c art. 1.078, II da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002; (ii) alteração da cláusula nona, para indicar o sócio(a) escolhido(a) para ocupar a posição de sócio(a) administrador(a) e (iii) aplicação do parágrafo único da cláusula nona, com a definição do pré-labore a ser recebido pelo sócio(a) administrador(a). Considerando: (i) a crise sanitária decorrente da pandemia do coronavírus (vetor da Covid-19); (ii) a idade avançada dos sócios da sociedade e determinadas patologias que os insere em grupo de risco da doença, (iii) as recomendações das autoridades no sentido de serem mantidas as medidas de distanciamento social; (iv) as reiteradas decisões judiciais ratificando a oportunidade, adequação e legalidade da realização de Assembleias no formato virtual diante do precatório quadro e do teor do art. 1.080 A caput e § único da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002; (v) o fato de os sócios residirem em diferentes estados e ser obrigação ética, moral e legal adotar medidas que garantam a possibilidade de participação de todos em atos de gestão da sociedade - a Assembleia Geral Extraordinária será realizada no dia 28 de setembro de 2021 de forma remota, por videoconferência, mediante acesso à Plataforma Zoom, por meio de aparelho celular, tablet ou computador, à URL: <https://us02web.zoom.us/j/89921757387?pwd=NzVOT3FjMjN1anU5eUZRzSihvbHdYdz09> (ID da reunião: 899 2175 7387 e Senha de acesso: 123123). Nos termos do art. 1.074 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, a Assembleia Geral Extraordinária instala-se-á, em primeira convocação às 09h00min, com a presença de sócios que representem cumulativamente ¼ (três quartos) do capital social e, em segunda convocação às 09h15min, com qualquer número. O sócio que não puder comparecer na data e horário marcados poderá se fazer representar por procurador devidamente constituído através de outorga de mandato com especificação detalhada dos poderes e dos atos autorizados. Afixe-se e comunique-se. Rio de Janeiro, 14 de setembro de 2021. Marlene Nery Meireles; Sueli Nery Meireles.

COMBUSTÍVEIS

Após Lira, presidente do BC critica política de preços da Petrobras

LARISSA GARCIA/FOLHAPRESS

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, comentou a política de preços da Petrobras ontem. Ao falar sobre como a volatilidade no câmbio afeta os preços, ele afirmou que a estatal repassa essas variações aos preços de combustíveis de forma muito mais rápida que em outros países.

"No Brasil o mecanismo é um pouco mais rápido (de repasse), lembrando que a Petrobras passa preços muito mais rápido do que grande parte dos outros países, a gente tem olhado isso também", destacou em evento promovido pelo BTG Pactual.

A estatal reajusta os preços de

acordo com a variação do valor do barril de petróleo no mercado internacional, sujeito às flutuações do câmbio.

A avaliação foi feita em dia após o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), ter questionado o peso dos preços dos combustíveis no bolso dos consumidores e afirmou que a Petrobras deve ser lembrada de que seus acionistas são os brasileiros.

Em rede social, Lira escreveu na segunda-feira: "Tudo caro: gasolina, diesel, gás de cozinha. O que a Petrobras tem a ver com isso? Amanhã, a partir das 9h, o plenário vira Comissão Geral para questionar o peso dos preços da empresa no bolso de todos nós."

Em plenário ontem, o presi-

dente da Petrobras, Joaquim Silva e Luna, rebateu críticas e disse que o preço dos combustíveis no país inclui o custo de produção da empresa e que uma eventual intervenção estatal nos valores precisaria ser compensada pelos cofres públicos. Segundo ele, não há espaço para "aventura".

"A Petrobras é uma sociedade de economia mista sujeita a uma rigorosa governança. Não tem espaço para qualquer tipo de aventura dentro da empresa, não tem", afirmou em audiência na Câmara dos Deputados, logo depois de apresentar cálculos sobre a composição do preço dos combustíveis.

Campos Neto afirmou que a alta no preço das commodities as-

sociada a elevação do dólar também pressionou a inflação.

"Tivemos um processo em que a parte de commodities pegou mais rápido e veio junto com a desvalorização no câmbio, que fez com que preços de commodities em reais ficassem maior no país", disse.

O titular do BC falou ainda sobre os choques climáticos. "Tivemos problemas de dinâmica interna, um problema hídrico. A parte climática afetou bastante, tivemos uma onda de calor na América do Sul, depois geada e depois chuvas. Problemas climáticos têm impactos na inflação, a realidade está mostrando, no nosso caso foram consecutivos", ressaltou.

CRISE HÍDRICA

Retorno do horário de verão ganha apoio de entidades

Um documento elaborado por entidades ligadas ao setor elétrico defende o retorno do horário de verão como medida emergencial para enfrentar a crise energética. As associações pregam ainda que, no longo prazo, o governo deve priorizar o incentivo à eficiência energética para reduzir o risco de novas crises.

O horário de verão foi extinto em 2019 pelo presidente Jair Bolsonaro, sob o argumento de que já não garantia grande economia de energia enquanto causava transtornos para trabalhadores, principalmente aqueles que dependem do transporte público ainda de madrugada.

Com o agravamento da crise energética, porém, vem crescendo no últimos meses o apoio ao retorno do programa, que adia em uma hora o fim do dia, garan-

tindo melhor uso de iluminação natural em um horário de grande demanda por eletricidade.

Entidades do turismo, como CNTur e Feturismo, o setor de restaurantes e, depois, os shoppings já se manifestaram a favor. Na segunda-feira passada, o apoio foi reforçado por Idec (Instituto de Defesa do Consumidor), ICS (Instituto Clima e Sociedade), Iei (International Energy Initiative), Mitsidi Projetos e Hospitais Saudáveis. "O ganho é pequeno, mas nesse momento precisamos contar megawatt por megawatt", disse o ex-diretor do ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico), Luiz Eduardo Barata, que vem trabalhando com o ICS e o Idec na avaliação da crise e da atuação do governo para enfrentá-la.

O grupo de entidades diz que

o horário de verão economizaria entre 2% e 3% do consumo no início da noite, reduzindo a necessidade de acionar térmicas mais caras que hoje pressionam a conta de luz. arata lembra que o próprio ONS foi contrário ao fim do horário de verão, mas prevaleceu o argumento de que a economia vinha se reduzindo na medida em que o pico do consumo no verão se deslocou para o meio da tarde, quando uma quantidade maior de aparelhos de ar condicionado estão ligados.

"Um dos argumentos é que economizávamos R\$ 400 milhões e passamos a economizar R\$ 100 milhões", disse Barata. "Mas agora, se a gente economizar R\$ 1 milhão está bom." Ele frisa que a decisão deve ser rápida, já que a implantação do programa demanda ajustes em diversas ativi-

dades econômicas. As entidades divulgaram um documento no qual propõem maior atenção do governo a iniciativas de eficiência energética, como uma medida estrutural para melhorar a segurança do setor elétrico brasileiro. A avaliação é que o Brasil está atrasado em relação a países desenvolvidos no tema.

Para elas, sucessivos governos vêm sendo negligentes com a questão, que só vem à tona em meio a crises de abastecimento. Para a coordenadora do ICS, Kamyla Borges, os programas do tipo deveriam ser unificados sob uma gestão, para garantir maior efetividade.

As entidades pedem ainda uma atualização dos padrões de eficiência em ar condicionado e geladeiras, com campanha para que o consumidor compre equipamentos mais eficientes. Caso a periodicidade de atualização tivesse sido mantida, diz o ICS, o Brasil estaria economizando cerca de 1.100 MW médios, quase a capacidade da térmica GNA 1, no norte fluminense, cujas operações devem ser antecipadas para ajudar a combater a crise.

Diário do
Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

São Paulo

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tels.: (21) 3556-3030 / 96865-1628-Claro
99539-3634-Vivo

Rua Olímpadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

LEONARDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Folhapress e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS



ACESSE NOSSO SITE

BOLSONARO DERROTADO

Pacheco devolve MP das fake news editada por Bolsonaro

RENATO MACHADO E WASHINGTON LUIZ/FOLHAPRESS

Mesmo após a divulgação da nota que marcou o recuo do presidente Jair Bolsonaro das ameaças golpistas no 7 de Setembro, o presidente do Senado e do Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), decidiu ontem devolver ao governo a medida provisória que limita a remoção de conteúdo publicado nas redes sociais. O anúncio deve ser feito durante a sessão.

Inicialmente, Pacheco havia indicado que decidiria na semana passada, mas resolveu adiar seu veredito. Ele teria pedido uma segunda análise mais robusta da Advocacia do Senado, para evitar questionamentos.

Além disso, a nota divulgada por Bolsonaro teve um impacto importante. Aliados avaliavam que seria o momento de aguardar a devolução, por se tratar de um momento em que o presidente

dava um sinal de diminuição da tensão entre os poderes.

Um interlocutor do senador chegou a sugerir que ele aguardasse uma decisão do STF (Supremo Tribunal Federal), após a manifestação do procurador-geral da República, Augusto Aras, se manifestar pela suspensão da medida provisória.

Pacheco, no entanto, teria avaliado que a manifestação do PGR fortalecia a tendência de que o texto deveria ser devolvido, praticamente eliminando qualquer possibilidade de o gesto ser visto como político e contra o Planalto.

Com essa decisão, Bolsonaro sofre mais uma derrota no Congresso. No fim de agosto, Pacheco rejeitou o pedido de impeachment formalizado pelo presidente contra o ministro Alexandre de Moraes, do STF.

Assinada por Bolsonaro na véspera dos atos de raiz golpista que ocorreram em 7 de setembro, a MP alterava o Marco Civil da Internet para impedir que as

redes sociais decidam sobre a exclusão de contas ou perfis apenas com base nas próprias políticas de uso.

O texto foi publicado em uma edição extra do Diário Oficial da União e criticado por parlamentares e por organizações da sociedade civil.

Nesta segunda-feira passada, o procurador-geral da República, Augusto Aras, pediu ao STF a suspensão da MP ao se manifestar em uma ação de partidos políticos que contesta a medida provisória.

"A alteração legal repentina do Marco Civil da Internet", disse Aras, "com prazo exíguo para adaptação, e previsão de imediata responsabilização pelo descumprimento de seus termos geram insegurança jurídica para as empresas e provedores envolvidos, mormente em matéria com tanta evidência para o convívio social nos dias atuais".

A OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) também defen-

deu a devolução da MP. A entidade enviou um parecer jurídico ao Senado e ingressou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) no STF.

A ordem afirma que a medida criava obstáculos à retirada de postagens com notícias falsas e discurso de ódio nas redes sociais e as contas ligadas a esses conteúdos. Além disso, o pedido de inconstitucionalidade afirmava que a MP violava as liberdades de expressão e informação e a livre iniciativa e a livre concorrência.

Desde o início do ano, o governo discute formas de engessar a atuação de empresas como YouTube, Twitter, Facebook e Instagram. Em maio, uma minuta de decreto, tido como ilegal e inconstitucional por advogados consultados pela reportagem, chegou a ser debatido pelo Ministério das Comunicações. A leitura do governo era que o texto deveria ser feito por instrumento legal mais rígido, como a MP.

CRISE HÍDRICA

Falta de água volta a assombrar moradores de São Paulo

MANOELLA SMITH E ISABELLA MENON/FOLHAPRESS

Há cerca de um mês, a escritora Giulianna Palumbo tem que escovar os dentes à noite com água de uma garrafinha. Banho depois das 21h? Só se for na casa de amigas que vivem em outros cantos da cidade, como Mooca e Bela Vista. "Lá, a pressão é ótima", diz ela, que vive na Vila Guilherme, zona norte de São Paulo.

Desde a crise hídrica de 2014, a Sabesp intensificou a redução da pressão da água em alguns bairros da capital. A manobra, que visa evitar perdas de água por vazamentos e rompimento de tubulações, é aplicada desde a década de 90.

Nos últimos meses, porém, paulistanos afirmam que a medida, prevista nos bairros citados nesta reportagem das 23h às 5h, tem ocorrido cada vez mais cedo. É o caso de Giulianna, que vive com outras quatro pessoas.

Ela relata que já entrou em contato com a Sabesp e que a empresa diz para ela checar no site o horário da redução da pressão no seu bairro. A informação que obtém, contudo, não condiz com aquilo que enfrenta dentro de casa.

A reportagem esteve na rua em que ela vive e conversou com três vizinhos da jovem que dizem encarar o mesmo problema —na última semana, a rua ainda enfrentou dois dias de falta d'água durante a tarde.

A reportagem ouviu relatos e acompanhou reclamações nas redes sociais de moradores de diferentes regiões da capital paulista que passam pela mesma situação. Devido à pressão baixa, as torneiras que recebem abastecimento da rua (e não da caixa d'água) ficam secas, causando complicações como falta de água para tomar banho ou lavar a louça do jantar.

Segundo os moradores, a Sabesp não enviou nenhum aviso, e eles afirmam que enfrentam dificuldades para entrar em contato com a empresa.

Os relatos ocorrem num período em que as represas de abastecimento da Grande São Paulo registram níveis inferiores aos de 2013, ano que antecedeu a crise hídrica. Em agosto daquele ano, elas operavam com um total de 57,8% de sua capacidade; no mesmo mês de 2021, esse valor está em 43,6% —uma queda de dez pontos percentuais.

O sistema Cantareira, principal fornecedor da região metropolitana de São Paulo, atingiu níveis que já preocupam. Ontem, o reservatório opera com 34,1% do volume, o que, de acordo com a ANA (Agência Nacional da Água e Saneamento Básico), é classificado como estado de alerta. A agência considera estado de atenção quando o acumulado geral oscila entre 40% e 60%, e normal quando o nível está acima de 60%.

Residente do bairro Jardim Aeroporto (zona sul), o comerciante Valdecir Martins, 67, conta que a prática de reduzir a pressão às 23h não é novidade, mas foi piorando ao longo dos anos. Ele diz que, nos últimos 20 dias, a situação piorou e já houve episódios em que ficou sem água a partir das 19h.

"Quem chega do trabalho mais tarde, como eu, vai dançar, porque não vai tomar banho." Ele tentou enviar reclamações para a companhia, via email e WhatsApp, mas não teve retorno.

A cem metros da residência dele vive a aposentada Maria de Fatima Batista dos Santos, 66, em uma casa com o marido e o filho. Às 21h, ela já não consegue lavar a louça.

LAVA JATO

STF impõe derrota a Moro e manda caso de Cunha para Justiça Eleitoral

MARCELO ROCHA/FOLHAPRESS

Em nova derrota para o ex-juiz Sergio Moro e para a Operação Lava Jato, o STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu ontem enviar à Justiça Eleitoral do Rio de Janeiro ação penal em que o ex-deputado Eduardo Cunha (MDB) foi condenado por corrupção, lavagem de dinheiro e evasão de divisas.

Caberá ao juiz que receber o caso avaliar se terão validade ou

devem ser anuladas todas as decisões de Moro e as provas produzidas durante a tramitação do processo.

Cunha recorreu ao Supremo contra a decisão de Moro de processar um dos desdobramentos da Lava Jato na 13ª Vara Federal de Curitiba, e não na Justiça Eleitoral, contrariando entendimento do próprio STF.

Para a defesa do político, o ex-juiz desconsiderou uma acusação de caixa dois feita pela PGR (Procuradoria Geral da Re-

pública), o que configuraria uma manipulação processual.

A análise coube à Segunda Turma da corte. Relator da Lava Jato, o ministro Edson Fachin negou o recurso de Cunha. Kassio Nunes Marques se alinhou a ele.

A divergência coube aos ministros Ricardo Lewandowski e Gilmar Mendes. O empate contou a favor do ex-deputado. O colegiado está desfalcado de um integrante.

O caso é relativo ao recebimento e a movimentação de US

1,5 milhão em contas secretas na Suíça —dinheiro, segundo a Lava Jato, oriundos do preço pago pela Petrobras pela compra de parte de um campo de petróleo em Benin, na África, em 2011.

Ainda deputado, Cunha foi denunciado pela PGR ao STF. Além da suposta prática dos delitos de lavagem de dinheiro, evasão de divisas e corrupção, foi atribuída a ele a acusação de caixa dois. Em junho de 2016, o plenário do tribunal recebeu a denúncia na íntegra.

SISTEMA ELEITORAL

Lira quer resgatar quarentena para juiz e membro do MP em reforma

DANIELLE BRANT E RANIER BRAGON/FOLHAPRESS

Com articulação do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), líderes do centrão tentam incluir novamente a quarentena de cinco anos para juízes e membros do Ministério Público no texto do novo Código Eleitoral.

Para valer já na eleição de 2022, no entanto, a medida precisa ser aprovada pela Câmara e pelo Senado e sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro até o início de outubro, um ano antes do pleito.

A proposta para instituir a quarentena eleitoral para juízes e integrantes do Ministério Público foi derrubada por três votos na última

quinta-feira: foram 254 votos a favor da medida, eram necessários ao menos 257.

Por causa disso, líderes partidários argumentaram que seria incoerente manter a restrição para militares e policiais ao mesmo tempo em que era liberada a candidaturas de magistrados. Todas as quarentenas acabaram caindo, por consequência.

A manobra desta terça, porém, prevê apenas a retomada da medida restritiva para juízes e membros do Ministério Público.

O centrão, que comanda hoje a Câmara, foi um dos principais alvos da Operação Lava Jato. Os deputados acusam o ex-juiz e ex-ministro da Justiça Sergio

Moro, cujo nome é apontado como pré-candidato à Presidência, de usar o cargo para se promover politicamente.

A tentativa de devolver a quarentena eleitoral ao texto passa por uma emenda aglutinativa que vai unir destaques -propostas de modificação ao texto- do PSDB e do Solidariedade. O texto é assinado pelo deputado Cacá Leão (PP-BA), líder do partido de Lira. Leão coletava assinaturas para apresentar a proposta.

A quarentena visa evitar a politização da categoria. A proposta inicial era de que vigorasse já para as eleições de 2022, mas a resistência de partidos de centro-direita criou uma regra para que fosse implementada apenas a

partir de 2026.

De acordo com o texto da emenda aglutinativa, "ficam ineligiáveis, nas eleições federais, estaduais e municipais, os magistrados ou membros do Ministério Público que não tenham se afastado definitivamente de seus cargos e funções até 5 (cinco) anos anteriores ao pleito".

A iniciativa lembra manobra adotada pelo ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha (MDB-RJ) em 2015, também em uma votação de reforma política. Após o plenário da Casa rejeitar a volta do financiamento privado das campanhas, Cunha quebrou um acordo político e decidiu colocar a proposta novamente em votação no dia seguinte.

da do Brasil em Lisboa, em Portugal. Por isso, há uma grande movimentação nos bastidores para angariar apoio.

Desde o início das discussões, estão no páreo a senadora Kátia Abreu (PP-TO) e o senador Antonio Anastasia (PSD-MG). Um terceiro nome surgiu nas últimas semanas. O líder do governo, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), avisou que também tem interesse no posto, embolando ainda mais o quadro.

A disputa também representa uma radiografia do momento vivido atualmente pelo Senado, onde o governo enfrenta uma grande rebelião e tem dificuldades em avançar a sua pauta.

PIRACICABA

Avião cai e mata acionista da Cosan e sua família

FERNANDA CANOFRE/FOLHAPRESS

Uma aeronave King Air 360 caiu em Piracicaba, no interior de São Paulo, na manhã de ontem e matou seus sete ocupantes. Cinco dos mortos eram da mesma família.

Segundo o Corpo de Bombeiros, por volta das 9h a aeronave que levava a família do empresário Celso Silveira Mello Filho, acionista da Cosan, um dos maiores grupos do setor sucoenergético no país, caiu em uma área de vegetação próxima à Fatec (Faculdade de Tecnologia), provocando um incêndio no local. Sete viaturas foram encaminhadas para a região.

Celso é irmão de Rubens Ometto Silveira Mello, presidente do conselho de administração da companhia.

Além dele, morreram sua esposa, Maria Luiza Meneghel, seus três filhos, Celso, Fernando e Camila, o piloto do avião, Celso Elias Carloni, e o copilo-

to, Giovanni Gulo. A aeronave tinha decolado do aeroporto da cidade paulista, com destino a Belém.

As chamadas foram contidas na área do impacto, mas se alastraram para a vegetação de eucalipto e foram apagadas pelas equipes do Corpo de Bombeiros e por uma força-tarefa que foi para o local.

No total, cerca de cem pessoas trabalham na ocorrência, de acordo com a prefeitura, incluindo brigadistas da Hyundai, que está instalada perto do local do acidente e enviou funcionários.

Segundo a Anac (Agência Nacional de Aviação Civil), a aeronave estava com o certificado e a manutenção em dia.

O registro aponta que o avião, fabricado em 2019, era da categoria de serviço aéreo privado e operado pela CSM Agropecuária Ltda. A reportagem tenta contato com a empresa.

Nota

GOVERNO PROMETE TÚNEL PARA DESAFOGAR PASSAGEM DE USUÁRIOS NA ESTAÇÃO DA LUZ

Dez anos após a inauguração da estação Luz da linha 4-amarela do metrô, ocorrida em setembro de 2011, o governo do estado, gestão João Doria (PSDB), promete a construção de um túnel que visa desafogar a integração entre o trem e o metrô nas horas de maior movimento. Na manhã de ontem, representantes da empresa vencedora da licitação, o secretário de Transportes Metropolitanos, Alexandre Baldy, e o presidente da CPTM (Companhia Paulista de Trens Metropolitanos), Pedro Moro, se reuniram na estação da Luz para assinar o contrato. As intervenções no local receberão, em agosto de 2019, aval do Conpresp (Conselho de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de São Paulo), órgão que visa proteger bens tombados na capital.

JULIA CHAIB E RENATO MACHADO/FOLHAPRESS

Com a previsão de saída do ministro Raimundo Carreiro da vaga que ocupa no TCU (Tribunal de Contas da União), senadores se colocaram em lados opostos e podem acabar disputando a cadeira quando ela ficar vazia, embate que

ocorreu pela última vez em 2008.

Naquela ocasião, José Jorge ficou com a vaga após disputar no voto contra Leomar Quintanilha.

Desde então, embora não haja uma regra formal, as indicações que pertencem ao Senado para a vaga no tribunal têm sido decididas por acordo e consenso, com a sessão de escolha se configuran-

do apenas como um rito formal.

Raimundo Carreiro, ex-secretário-geral da Mesa do Senado, só se aposentou em setembro de 2023, portanto não haveria necessidade de a Casa decidir neste momento quem será o próximo indicado.

No entanto Carreiro tem considerado a possibilidade de antecipar sua aposentadoria, caso seja indicado para chefiar a Embaix-



SITE

Governo lança portal de transparência do PactoRJ

Em mais uma etapa do processo de transparência e transformação digital, o Governo do Estado do Rio de Janeiro coloca no ar o site do PactoRJ com informações do programa. A população, a imprensa e os órgãos fiscalizadores poderão ter acesso às etapas de cada projeto (estudo, projeto, licitação, obras e conclusão), o valor empenhado e a data de conclusão prevista. Semanalmente, os cronogramas serão checados e atualizados.

“O PactoRJ é o maior pacote já proposto por um governo para impulsionar a economia durante três anos. Então, transparência é primordial. Temos o compromisso público de fazer diferente. Por isso estamos mudando os mecanismos de gestão para que todos acompanhem o desenvolvimento das políticas públicas e a aplicação correta de verbas em cada uma delas”, afirmou o governador Cláudio Castro.

No endereço rjtransparente.rj.gov.br, estão disponíveis informações e imagens de cerca de 50 projetos e 400

ações do PactoRJ por meio de informações e imagens. A plataforma contará também com dados da concessão de saneamento e licitações feitas pelo governo dentro do programa. Os nomes e CNPJs dos três primeiros lugares dos certames poderão ser consultados, dando mais transparência aos processos.

“O compromisso do governo com a transparência é um dos pilares desta gestão. Por isso, criamos o portal e temos o dever de mostrar para a população como está sendo usado esse dinheiro. Todas as secretarias vão colaborar para que o site seja atualizado constantemente. É uma plataforma viva, que conta com a colaboração de toda a equipe”, disse o secretário da Casa Civil, Nicola Miccione.

Em 17 anos, serão investidos R\$ 17 bilhões em oito eixos: infraestrutura, social, saúde, desenvolvimento, educação, segurança, meio ambiente, cultura e lazer. Os 92 municípios fluminenses serão contemplados e mais de 150 mil empregos, gerados.

PROJETO

RJ envia Lei Orgânica da Polícia Civil para a Alerj

O Governo do Estado envia à Assembleia Legislativa na próxima semana a Lei Orgânica da Polícia Civil. Ao anunciar o envio, durante evento que marcou um ano de delegado Allan Turnowski à frente da Secretaria de Polícia Civil, o governador Cláudio Castro disse que faz questão de entregar o projeto de lei pessoalmente na Alerj, acompanhado do policial civil mais antigo e do mais novo, ambos na ativa, numa demonstração que a lei é feita para todos.

“Depois de uma longa espera, na semana que vem finalmente estaremos encaminhando para a Assembleia a Lei Orgânica da Polícia Civil. É o mínimo que a gente pode fazer, reconhecer a importância da Polícia Civil para a nossa sociedade”, ressaltou o governador.

Cláudio Castro também anunciou a reforma na cobertura do prédio na Cidade da Polícia, na Avenida Dom Helder Câmara. A obra será executada pela Emop, vinculada

à Secretaria de Infraestrutura e Obras, e deverá estar concluída em cinco meses. Além disso, o governador determinou que todos os Institutos Médico-Legais sejam reabertos no estado.

“Não dá para a máquina fazer o que a Polícia Civil faz. O ser humano é quem faz a diferença. Não há limite de investimentos para que a gente dê condições dignas para a Polícia Civil. O que queremos é uma polícia forte, com respeito ao policial”, enfatizou Cláudio Castro.

O governador também inaugurou a nova sede da Delegacia de Repressão às Ações Criminosas Organizadas e Inquéritos Especiais (Draco-IE), que funcionava no prédio da Central do Brasil e agora está na Cidade da Polícia.

“A Draco faz parte da Polícia Civil. Não fazia sentido ter uma delegacia tão importante como a Draco fora dessa estrutura, com outro comando. Precisamos ter uma polícia unificada”, concluiu o governador.

HAITI

Procurador quer enquadrar premiê por morte de Moïse

O procurador-geral do Haiti pediu à Justiça, ontem, que o primeiro-ministro Ariel Henry seja considerado suspeito de participação no assassinato do presidente Jovenel Moïse, morto em um ataque a tiros que agravou a crise política do país há dois meses.

Em carta enviada ao juiz Garry Orelie, responsável por supervisionar a investigação do caso, Bed-Ford Claude afirmou que registros telefônicos indicam que Henry se comunicou ao menos duas vezes com Joseph Badio, um dos principais suspeitos de envolvimento no assassinato de Moïse, na noite do crime.

Badio, um ex-funcionário do Ministério da Justiça haitiano que o premiê defendeu publicamente, está foragido. Na semana passada, Claude emitiu uma intimação policial convocando o primeiro-ministro a prestar depoimento e esclarecer a natureza do seu contato com o suspeito.

A relação ainda não está clara, mas os investigadores afirmam que Henry e Badio conversaram algumas horas depois da morte do líder haitiano. Assim, o procurador pede que o premiê seja “proibido de deixar o território nacional por via aérea, marítima ou rodoviária devido a grave presunção relativa ao assassinato do presidente”, segundo o documento enviado às autoridades

nacionais de migração.

O gabinete e os porta-vozes do primeiro-ministro ainda não comentaram o pedido. No sábado passado, Henry reagiu às acusações que começavam a recair sobre ele e acusou as autoridades de promoverem “manobras de distração para criar confusão e impedir que a Justiça faça seu trabalho com calma”.

“Os verdadeiros culpados, os autores intelectuais e os patrocinadores do assassinato hediondo do presidente Jovenel Moïse serão encontrados, levados à Justiça e punidos por seu crime”, acrescentou.

O Escritório de Proteção ao Cidadão do Haiti já havia exigido, no sábado, que Henry renunciasse e se entregasse à Justiça. O órgão pleiteia ainda na Organização das Nações Unidas (ONU) a criação de uma comissão internacional de inquérito sobre o assassinato.

Moïse foi morto em sua casa na madrugada do dia 7 de julho. Até agora, não há conclusão sobre quem foi o mandante do assassinato nem a razão do crime. Segundo o governo haitiano, o presidente foi morto por um grupo de mercenários -48 pessoas, incluindo 18 colombianos e dois americanos de origem haitiana, já foram presas. A primeira-dama Martine também foi ferida no ataque, mas sobreviveu e recebeu tratamento médico em Miami,

nos Estados Unidos.

As denúncias contra o premiê Henry, que assumiu o cargo há menos de dois meses, vêm na esteira de um cenário político conturbado no país caribenho. No sábado, após dias de negociações, um acordo firmado com as principais forças de oposição formalizou um governo de transição que será formado por um conselho de ministros e terá Henry na chefia. As eleições gerais, inicialmente programadas para setembro, foram postergadas para o final de 2022.

Uma assembleia constituinte composta por 33 membros indicados por instituições e organizações da sociedade civil terá três meses para preparar uma nova Constituição, que também será levada às urnas.

Principal liderança da oposição, o professor universitário André Michel, do Setor Democrático e Popular (SDP), classificou o acordo como uma “posição política histórica para assegurar a governabilidade”.

A acentuada crise política soma-se uma grave crise social no Haiti. Henry tem a missão de guiar o país em uma ampla reconstrução após um terremoto de magnitude de 7,2 deixar mais de 2.200 pessoas mortas e cerca de 400 feridas em 14 de agosto. O sismo, que atingiu com maior intensidade a parte sudoeste do país,

abalou também a infraestrutura urbana. Mais de 130 mil casas tiveram a estrutura comprometida.

A Agência das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, na sigla em inglês) afirmou na última semana que cerca de 980 mil pessoas que vivem nas regiões mais atingidas no país correm risco de passar fome, já que, entre outras coisas, o terremoto destruiu toda a infraestrutura para produção agrícola e distribuição de alimentos -como mercados, estradas, armazéns e sistemas de irrigação. A tempestade tropical Grace, cujo núcleo passou pelo país dois dias após o sismo, agravou a situação.

Em documento liderado pela FAO e elaborado com outras 15 agências da ONU e organizações internacionais sobre o tema, a projeção feita é a de que o contingente de quase 1 milhão de haitianos sofra de insegurança alimentar severa entre setembro deste ano e fevereiro de 2022. Cerca de 320 mil pessoas enfrentariam a fase 4 (são cinco, ao todo) na escala de insegurança.

Para atenuar a situação, a FAO solicita aos governos e organizações internacionais o montante de US\$ 20 milhões (mais de R\$ 105 milhões) para ajudar cerca de 160 mil pessoas que vivem em áreas rurais, por meio de distribuição de sementes, equipamentos agrícolas e gado.

GUERRA

Chile e Argentina disputam faixa territorial de mar

SYLVIA COLOMBO/FOLHAPRESS

Uma disputa territorial vem provocando um embate diplomático entre Argentina e Chile desde que, no final de agosto, o presidente Sebastián Piñera decidiu publicar uma atualização da carta náutica do país.

No novo mapa, a área referente ao Chile inclui uma zona de 5.500 km² de água, ao sul do continente, que antes constava como pertencente à Argentina. A medida afeta o trânsito internacional de barcos e a concessão de licenças para barcos pesqueiros que atuam na região.

A Argentina, por sua vez, alega que a divisão é regulada por dois acordos, a Convenção da ONU sobre o Direito Ao Mar, de 1982, e o Tratado de Paz e Ami-

zade Argentino-Chileno, de 1984. Também afirmou estar surpresa com o momento da contestação, que, para o chanceler do país, Felipe Solá, estaria relacionada a uma “vontade de se expandir, de modo intempestivo, uma vez que o território físico chileno é limitado”.

Piñera, para quem a publicação das novas cartas é fruto da necessidade de “demonstrar a existência da plataforma continental do país no mar Austral”, disse que, em novembro, levará o pedido de reconhecimento do mapa à Organização das Nações Unidas.

De 1978 a 1984, Chile e Argentina travaram uma disputa feroz por três ilhas localizadas no Canal de Beagle que quase terminou em guerra. Depois que todas

as vias diplomáticas se esgotaram, apelou-se para uma mediação do Papa João Paulo II. Por fim, chegou-se a um acordo sobre os limites das fronteiras marítimas, agora novamente contestado pelos chilenos.

Ainda que os argentinos tenham expressado surpresa com a reclamação, o Chile afirmou não ter atuado de forma súbita e que desde 2009 alertava o país vizinho da intenção de reclamar a região.

O chanceler chileno, Andrés Allamand divulgou um vídeo recentemente em que insta os dois países a um diálogo para negociar as posições.

A chancelaria argentina, porém, afirma que este “não é um momento de diálogo, mas de informar, explicar, qual é a nossa posição”.

GÁS METANO

EUA e UE vão anunciar meta de redução de emissões

A pouco menos de um mês da realização da 26ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, os Estados Unidos e a União Europeia (UE) pactuaram um acordo para reduzir em 30% as emissões de gás metano até 2030, em comparação com os níveis lançados na atmosfera em 2020. A medida é mais um passo dado após ampla pressão da comunidade científica mundial, que têm insistido na relevância do metano para o aquecimento global -relatório recente do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) sugere que entre 30% e 50% do aumento das temperaturas se deve a ele.

De acordo com a Reuters, o anúncio deve ser feito por autoridades americanas e da UE no final desta semana, durante reunião das principais economias que emitem carbono -uma prévia da COP-26, que será realizada em Glasgow, a mais populosa cidade escocesa e referência global pelo compromisso com a sustentabilidade. Brasil, China, Rússia e Índia figurariam em uma lista de duas dúzias de nações que os EUA e o bloco europeu pretendem pressionar para que se somem à meta de redução das emissões de metano.

Nota

TALIBÃ PEDE QUE EUA MOSTREM TER 'GRANDE CORAÇÃO' COM AFGANISTÃO

Em meio a renovadas denúncias de massacre de civis, o Talibã usou palavras suaves para agradecer ajuda internacional e pediu que os Estados Unidos demonstrem ter “um grande coração” em relação ao Afeganistão. A fala foi do chanceler interino do país, Amir Khan Muttaqi, durante uma entrevista coletiva em Cabul. Ele comentava o anúncio feito pela ONU (Organização das Nações Unidas) de que já havia US\$ 1,2 bilhão em doações de Estados-membros para ajudar a mitigar a crise afegã.

O grupo fundamentalista islâmico retomou o poder em 15 de agosto, 20 anos depois de ser expulso a bombas pelos americanos, que puniram o Talibã por proteger os terroristas que executaram o 11 de Setembro. “O Emirado Islâmico fará o seu melhor para entregar essa ajuda para as pessoas necessitadas de uma forma completamente transparente. Os EUA são um grande país, eles têm de ter um grande coração”, disse. Os americanos lideraram a ocupação militar dos pós 11 de Setembro, encerrada de vez no dia 30 de agosto. Para Muttaqi, os países precisam evitar o que chamou de politização do assistencialismo.

VPA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A

CNPJ: 08.411.921/0001-59

Relatório da Administração: Srs. Acionistas, em atenção às determinações legais, vimos submeter à apreciação de V.Sas. às Demonstrações Financeiras encerradas em dezembro. Colocamo-nos à disposição na sede da empresa para quaisquer esclarecimentos. RJ, 00/00/2021. José Maurício Franco - Diretor.

Balança Patrimonial em 31/12/2020, 2019, 2018, 2017 e 2016 (Em Reais)					
	2020	2019	2018	2017	2016
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e Equival. de Caixa	82	678	678	1.053	2.486
Impostos a Recuperar	8.423	8.423	8.423	8.423	8.423
Estoque Financeiro	109.520	109.520	109.520	109.520	109.520
Desp. do Exerc. Seguinte	675.920	675.920	675.920	675.920	675.920
Total do ativo circulante	793.945	794.541	794.541	794.916	796.349
TOTAL DO ATIVO	793.945	794.541	794.541	794.916	796.349
PASSIVO CIRCULANTE					
Empréstimos e Financ.	41.570	40.570	40.570	35.570	26.250
Total do passivo circul.	41.570	40.570	40.570	35.570	26.250
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital Social	10.085	10.085	10.085	10.085	10.085
Capital Subscrito	10.000.000	10.000.000	10.000.000	10.000.000	10.000.000
Capital a Integralizar	(9.989.915)	(9.989.915)	(9.989.915)	(9.989.915)	(9.989.915)
Reservas de Capital	849.915	849.915	849.915	849.915	849.915
Reservas de Lucros ou Prej. Acum.	(107.625)	(106.029)	(106.029)	(100.654)	(89.901)
Prejuízos Acumulados	(106.029)	(106.029)	(100.654)	(89.901)	(82.876)
Prejuízo do Período	(1.596)	-	(5.375)	(10.753)	(7.025)
TOTAL DO PASSIVO	793.945	794.541	794.541	794.916	796.349

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31/12/2020, 2019, 2018, 2017 e 2016 (Em Reais)					
	2020	2019	2018	2017	2016
Saldo em 31/12/2015	10.000.000	(9.989.915)	849.915	(82.876)	777.124
Resultado Líq. do Exercício	-	-	-	(7.025)	(7.025)
Saldo em 31/12/2016	10.000.000	(9.989.915)	849.915	(89.901)	770.099
Resultado Líquido do Período	-	-	-	(10.753)	(10.753)
Saldo em 31/12/2017	10.000.000	(9.989.915)	849.915	(100.654)	759.346
Resultado Líquido do Período	-	-	-	(5.375)	(5.375)
Saldo em 31/12/2018	10.000.000	(9.989.915)	849.915	(106.029)	753.971
Resultado Líquido do Período	-	-	-	(1.596)	(1.596)
Saldo em 31/12/2019	10.000.000	(9.989.915)	849.915	(107.625)	752.375
Resultado Líquido do Período	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2020	10.000.000	(9.989.915)	849.915	(107.625)	752.375

Reconhecemos a exatidão do presente Balança Patrimonial cujo Ativo e Passivo estão uniformes na mesma importância.

As Demonstrações Contábeis completas para os exercícios findos em 31/12/2020, 2019, 2018, 2017 e 2016 encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Cia..

Demonstração do Resultado em 31/12/2020, 2019, 2018, 2017 e 2016 (Em reais)					
	2020	2019	2018	2017	2016
Receita Operacional Bruta	-	-	-	-	-
Receita Operacional Bruta	-	-	-	-	-
Impostos sobre vendas e outras deduções	-	-	-	-	-
Receita Operacional Líquida	-	-	-	-	-
Costo dos Serviços Vendidos	-	-	-	-	-
Lucro Bruto	-	-	-	-	-
Despesas Operacionais					
Despesas Administrativas	(1.013)	-	(3.910)	(9.853)	(4.502)
Despesas Tributárias	-	-	(570)	(21)	(1.831)
Resultado Operacional Antes dos Efeitos Financeiros	(1.013)	-	(4.480)	(9.874)	(6.333)
Resultado Financeiro Líquido	(583)	-	(895)	(878)	(692)
Resultado Operacional	(1.596)	-	(5.375)	(10.753)	(7.025)
Resultado Não Operacional Líquido	-	-	-	-	-
Lucro Antes do I.R. e da CSLL	(1.596)	-	(5.375)	(10.753)	(7.025)
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício	(1.596)	-	(5.375)	(10.753)	(7.025)

José Maurício Franco
Diretor - CPF: 121.463.745-00

Eber de Moraes Wanderley
Contador - CRC/RJ 06711504